

Formação e reprodução crítica do microempreendedorismo na periferia urbana de São Paulo no século XXI*

Daniel Manzione Giavarotti[†] 

Resumo

O microempreendedorismo popular tornou-se uma modalidade incontornável da mobilidade do trabalho para uma grande parcela das famílias moradoras das periferias urbanas de São Paulo, ao longo dos últimos vinte anos. Este artigo discute as múltiplas determinações responsáveis pela formação dessa prática socioespacial, com especial ênfase no papel das moradias autoconstruídas em sua reprodução crítica, associadas à crise do trabalho e à ficcionalização do capital. O trabalho resulta de pesquisas qualitativas sobre a mobilidade do trabalho com membros de vinte famílias residentes no Jardim Ibirapuera e em suas imediações, periferia da zona sul de São Paulo, bem como de revisão bibliográfica sobre o tema. Os resultados indicam que a crescente presença de microempreendimentos populares, viabilizada pelo uso das moradias autoconstruídas nas periferias urbanas, deve ser interpretada como uma forma particular da crise do trabalho, que impulsiona a capilarização de uma racionalidade empresarial no cotidiano, fazendo emergir simultaneamente a figura dos microrrentistas. Apesar do tempo investido pelos microempreendedores em seus negócios, as determinações estruturais de sua existência tornam essa modalidade de trabalho improdutiva do ponto de vista da acumulação de capital, demandando que sua expansão seja considerada como resultante de uma concorrência brutal estabelecida entre uma população já expropriada do trabalho.

Palavras-chave: cotidiano, crise do trabalho, microempreendedorismo, microrrentismo, periferias urbanas.

Ideias destacadas: este artigo de pesquisa busca apresentar e interpretar a articulação entre a expansão do microempreendedorismo popular nas periferias urbanas nas duas últimas décadas e o papel ocupado pelas moradias autoconstruídas nessa modalidade de trabalho, à luz da crise do trabalho e da ficcionalização do capital.



RECEBIDO: 09 DE AGOSTO DE 2022. | AVALIADO: 26 DE JUNHO DE 2023. | ACEITO: 25 DE JUNHO DE 2025.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

Giavarotti, Daniel Manzione. 2025. "Formação e reprodução crítica do microempreendedorismo na periferia urbana de São Paulo no século XXI". *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 34 (2): 407-421. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v34n2.104185>.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Brasil. processo nº 19/06469-7.

[†] Universidade de São Paulo, São Paulo – Brasil. ✉ manzione79@gmail.com – ORCID: 0000-0003-0941-6179.

✉ Correspondência: Daniel Manzione Giavarotti, Rua Doutor Joaquim Gomes de Souza, 65, apto 11/bloco E – CEP: 05596-100, Jardim Pinheiros – São Paulo/SP, Brasil.

Formation and Critical Reproduction of Microentrepreneurship in the Urban Outskirts of São Paulo in the 21st Century

Abstract

Over the past two decades, popular micro-entrepreneurship has become a key mode of labor mobility for many families living in São Paulo's urban peripheries. This article investigates the socio-spatial dynamics behind this phenomenon, focusing on the role of self-built housing in sustaining these ventures. Drawing on qualitative research with twenty families in Jardim Ibirapuera and surrounding areas, as well as a comprehensive literature review, the study situates popular micro-entrepreneurship within the broader context of labor crisis and capital fictionalization. Findings reveal that these businesses, often operated from self-constructed homes, reflect a particular response to the erosion of formal employment. They facilitate the diffusion of entrepreneurial rationalities in everyday life, while also giving rise to the figure of the micro-landlord. Despite significant time and effort invested, these ventures tend to remain unproductive from the standpoint of capital accumulation. As such, their proliferation should be seen less as evidence of economic agency and more as a symptom of structural precarity and competition among an already marginalized workforce. The article argues that critical attention must be paid to the spatial and economic conditions that reproduce these forms of labor under neoliberal urban development.

Keywords: everyday life, crisis of work, micro-entrepreneurship, micro-renting, urban peripheries.

Highlights: this research article seeks to present and interpret the articulation between the expansion of popular micro-entrepreneurship in the urban peripheries in the last two decades and the role played by self-built housing in this type of work, in the light of the crisis of work and the fictionalization of capital.

Formación y reproducción crítica del microemprendimiento en la periferia urbana de São Paulo en el siglo XXI

Resumen

El microemprendimiento popular se ha convertido en las últimas dos décadas en una vía predominante de movilidad laboral para muchas familias de las periferias urbanas de São Paulo. Este artículo de investigación examina los factores que configuran esta práctica socioespacial, con énfasis en la vivienda autoconstruida como elemento clave en su reproducción crítica, vinculada a la crisis del trabajo y la ficcionalización del capital. La investigación se basa en trabajo de campo cualitativo con veinte familias del barrio Jardim Ibirapuera y alrededores, así como en una revisión bibliográfica especializada. Los resultados revelan que la proliferación de microemprendimientos populares, sostenidos en viviendas autoconstruidas, expresa una forma particular de crisis del trabajo, que promueve la difusión de una racionalidad empresarial en la vida cotidiana y da lugar a la figura del microrentista. Aunque los emprendedores dedican tiempo y esfuerzo a sus negocios, las condiciones estructurales hacen que esta forma de trabajo sea improductiva desde la lógica de acumulación de capital. En consecuencia, su expansión debe entenderse como el resultado de una intensa competencia entre sectores ya precarizados y expropiados del trabajo formal.

Palabras clave: cotidianidad, crisis del trabajo, microemprendimiento, microrrentismo, periferias urbanas.

Ideas destacadas: este artículo de investigación intenta presentar e interpretar el vínculo entre la expansión de la microempresa popular en las periferias urbanas durante las dos últimas décadas y el papel desempeñado por la autoconstrucción de viviendas en este tipo de trabajo, a la luz de la crisis del trabajo y de la ficcionalización del capital.

Introdução

Este artigo discute a emergência do microempreendedorismo popular a partir de pesquisas sobre a “mobilidade do trabalho” (Gaudemar 1977) de famílias moradoras de três loteamentos periféricos da metrópole de São Paulo: Jardim Ibirapuera, Jardim Leni e Jardim São Luiz, localizados na zona sul do município de São Paulo. Amparado nos resultados das pesquisas de mestrado e doutorado (Giavarotti 2012; 2018), realizadas entre 2009 e 2016, o artigo expõe uma interpretação crítica sobre o microempreendedorismo popular e sua manifestação nas periferias urbanas autoconstruídas, tendo como pano de fundo a crise da modernização retardatária nacional (Schwarz 1999), ocorrida na década de noventa, e seu desdobramento na forma da bolha das commodities (Pitta 2020) na primeira década do século XXI.

Pretende-se esclarecer como a formação e a reprodução crítica do microempreendedorismo popular — resultado de múltiplas determinações — se relacionam com a dinâmica global de reprodução do capital.

Inicialmente, apresenta-se o diagnóstico realizado pelo crítico literário Roberto Schwarz em 1994, a respeito da “crise do projeto nacional-desenvolvimentista” (Schwarz 1999). Schwarz assinalava um processo de desagregação social que afetava principalmente a classe trabalhadora, dado que o trabalho e o direito perdiam gradativamente a capacidade de oferecer coesão social. Contudo, a urbanização por meio da expansão periférica e da autoconstrução teria criado condições para que a desagregação social gerasse novas formas de uso do ambiente autoconstruído, entre as quais se destaca o microempreendedorismo popular — posteriormente fomentado pela bolha das commodities (Pitta 2020) — estruturado sobre pequenas posses e propriedades, ainda que derivado de um processo de industrialização baseado na superexploração do trabalho.

Em seguida, discute-se esse aparente paradoxo, por meio de uma interpretação crítica da leitura canônica produzida por Francisco de Oliveira (2003) sobre a autoconstrução. De maneira sintética, ratifica-se sua conclusão de que esta prática resultaria da superexploração de trabalhadores migrantes em âmbito produtivo durante a modernização retardatária. Todavia, a configuração atual das periferias permite reconhecer que o trabalho não-pago, então denunciado por Oliveira, se metamorfoseou ao longo das últimas seis décadas em terras e imóveis, tornando essas periferias o território de centenas de milhares de famílias posseiras e proprietárias

de moradias autoconstruídas, paralelamente à crise da modernização retardatária nacional.

Ou seja, busca-se criticar a interpretação de Oliveira ao reconhecer sua determinidade histórica, investigando os desdobramentos daquilo que aparecia apenas como um fenômeno urbano da luta de classes, quando não era apenas isso. Precisamente esta crítica e este desdobramento são o que permitirá discutir e apresentar o papel estratégico que essas moradias autoconstruídas jogaram e jogam no estabelecimento dos microempreendimentos populares, como forma de manifestação da superfluidade do trabalho desencadeada por essa mesma crise.

Posteriormente, retoma-se o diálogo crítico com o mesmo ensaio de Francisco de Oliveira, discutindo agora a expansão do microempreendedorismo popular nos últimos vinte anos à luz de uma crítica à sua tese acerca da descapitalização do setor terciário durante a modernização retardatária brasileira. Neste ensaio o autor argumenta que os esforços realizados durante esse período para industrializar a economia nacional acabaram por penalizar a concentração e centralização dos capitais no setor terciário, o qual teria se estruturado por meio do “talento organizatório de milhares de pseudo-pequenos proprietários” (Oliveira 2003, 68) em empreendimentos de baixíssima capitalização, o que denotaria seu caráter arcaico.

Em outras palavras, a existência destes empreendimentos de baixíssima capitalização resultaria da falta de acumulação de capital no setor. A atualização que aqui se propõe acerca desta tese vai em direção contrária, ao reconhecer a coexistência de uma miríade de microempreendimentos periféricos ao lado de capitais altamente concentrados e centralizados no setor terciário atualmente presentes nas periferias de São Paulo. Em seguida, aborda-se o aumento inédito dos preços de imóveis nas periferias durante a bolha de commodities como o resultado da abertura de capitais no setor da construção civil decorrente da crise de 2008 nos EUA e de que modo isto teve consequências sobre a reprodução dos microempreendimentos estabelecidos nas periferias, fomentando formas de uso crescentemente mediadas por uma racionalidade empresarial e pela lógica de pontos comerciais à escala local.

Por fim, com base na apreciação desse conjunto de determinações, apresenta-se a hipótese de que tais microempreendimentos, apesar da aparência produtiva que adquirem, devem ser compreendidos como atividades improdutivas do ponto de vista da acumulação de capital. Ou ainda, a manifestação espacial da restauração do tempo

de trabalho supérfluo em tempo de trabalho socialmente necessário, mas apenas do ponto de vista da dominação, pois do ponto de vista da acumulação de capital a extraordinária produtividade do trabalho tornou-os população descartabilizada e seus microempreendimentos apenas a resultante de uma cruenta concorrência estabelecida entre a própria classe dos expropriados do trabalho.

A interpretação apresentada neste artigo resulta de pesquisas qualitativas realizadas com membros de vinte famílias moradoras do Jardim Ibirapuera e imediações chegados em momentos distintos da modernização do país e da própria periferia estudada. A realização das entrevistas que amparam o mestrado e o doutorado (Giavarotti 2012; 2018) ocorreu em diferentes ocasiões entre os anos de 2009 e 2016.

A crise da modernização retardatária nacional e a periferia urbana autoconstruída

Em 1994, Roberto Schwarz apresentou um diagnóstico heterodoxo sobre aquele “fim de século” brasileiro e latino-americano, ao afirmar que “o nacional-desenvolvimentismo entrava em desagregação” (Schwarz 1999, 158). O autor atribuía as razões dessa derrocada em curso a barreiras intransponíveis provocadas pelo próprio processo de modernização em sua escala mundial. Ou seja, o sentido profundo daquela desagregação residia “[n]os novos saltos tecnológicos e [n]a globalização da economia” (Schwarz 1999, 158), determinando a “inviabilização global das *industrializações retardatárias*” (Schwarz 1999, 160 – grifo nosso). Açambarcado pelos saltos tecnológicos promovidos pela revolução microeletrônica — ocorrida já na década de setenta nos países centrais —, o nacional-desenvolvimentismo teria dado origem a uma sociedade “pós-catastrófica” (Kurz apud Schwarz 1999, 160). Essa última, na expressão emprestada de Robert Kurz, teria como traço fundamental a existência de “*sujeitos monetários sem dinheiro*, ou de ex-proletários virtuais”, que, em razão de uma desativação dos postos de trabalho industriais, se encontrariam “disponíveis para a criminalidade e toda sorte de fanatismos” (Schwarz 1999, 160). Seu diagnóstico, declaradamente inspirado nas conclusões presentes no livro *O colapso da modernização* (Kurz 1993), atestava o fim de linha do projeto nacional impulsionado pela industrialização retardatária. Diante de um terreno socialmente instável e desagregador, tanto o fanatismo quanto as práticas criminais emergiriam como mecanismos de coesão social substituindo o trabalho e o direito como parâmetros da sociabilidade.

Desde então, parece possível afirmar que uma parte daquele prognóstico não estava completamente errado, sobretudo quando se observam os conteúdos socioespaciais presentes nas periferias de São Paulo. Não apenas testemunhamos durante esse período a territorialização do Primeiro Comando da Capital (PCC) (Feltran 2018), disputando corações e mentes de jovens das periferias de São Paulo e impondo um ordenamento nas práticas criminais (em especial no tráfico), como alguns estudos apontam para a crescente conversão ao neopentecostalismo dessas mesmas famílias trabalhadoras pobres e periféricas (Spyer 2021; Manso 2023) — embora se deva tomar *cum grano salis* a ideia estrita de tal conversão enquanto adesão a um fanatismo religioso, como formulou Schwarz.

No entanto, tanto um quanto o outro fenômeno, não resultaram estritamente da perda de capacidade coesiva proporcionada pelo trabalho, como parece ter suposto o autor. Ou seja, não se trata apenas de uma crescente e imparável desagregação dessa população à medida que a revolução microeletrônica levava a uma crise do assalariamento como relação de produção basilar da acumulação de capital. O outro lado da moeda das políticas liberalizantes da época — que provocaram desindustrialização e fragilizaram o projeto de modernização retardatária — foi a crescente simbiose entre a antiga economia nacional (Kurz apud Schwarz 1999) em debacle e os fluxos do “capital portador de juros”, que iriam sustentar a chamada globalização, mencionada de forma apenas tangencial por Schwarz.

Esta mudança, que não nega o diagnóstico central de Kurz sobre o colapso, mas, ao contrário, o confirma como seu desdobramento crítico, é o que proporcionará as condições para uma nova rodada de modernização fictícia promovida durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. O “distributivismo de crise” (Pitta 2020, 63) proporcionado durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) em nível federal entre 2003 e 2012, não só reaqueceu o mercado interno, como alimentou discursos otimistas sobre a emergência da chamada “nova classe média” (Neri 2008) e fez a economia alcançar um estado muito próximo ao pleno emprego em 2011, tudo isso sustentando pelo curto verão da “bolha de commodities”¹.

Entre a população periférica de São Paulo, esse distributivismo de crise fomentou uma importante reconfiguração da histórica separação urbana entre produção e

1 Para uma análise crítica do processo de ficcionalização do capital à escala nacional durante o século XXI, ver Pitta (2020).

reprodução, característica da relação desigual e combinada que as periferias autoconstruídas estabeleceram com os capitais urbano-industriais (Giavarotti 2023). Esta reconfiguração e os conteúdos socioespaciais observados no cotidiano das famílias periféricas durante os últimos vinte anos desdobrou-se da progressiva “consolidação” de centenas de milhares de famílias possesiras/proprietárias urbanas de moradias autoconstruídas nestas periferias (Giavarotti 2012, 2018)² em paralelo à crise da modernização retardatária. Tal constatação impõe a necessidade de reconsideração crítica sobre a interpretação consagrada acerca da prática da autoconstrução (Ferro 2006 [1969]; Oliveira; Maricato 1982; Bonduki 2011), importante tópico durante a modernização retardatária nacional (Kurz 1993, 165-197), devido ao “desajuste extravagante” (Schwarz 1999, 156) que exibia relativamente aos desígnios modernizadores do país.

De acordo com a interpretação de alguns autores que se ocuparam do assunto (Kowarick 1993; Oliveira 2003), a prática autoconstrutiva representava a manifestação espacial da superexploração das forças de trabalho em âmbito produtivo. Ou seja, à medida que os salários recebidos impediam os trabalhadores de se constituírem “num mercado para a produção capitalista seja da residência, seja de melhoramentos públicos” (Oliveira 1982, 16), esses eram empurrados às franjas da cidade, onde se dedicavam, em seu tempo livre, à produção de suas moradias (e da própria cidade), junto com familiares e/ou vizinhos, estendendo a jornada de trabalho para além dos muros da fábrica. No próprio modo de circunscrever o problema, essa interpretação tornada canônica encorajava os trabalhadores à disputa pelo trabalho não pago em âmbito produtivo.

Entretanto, outra perspectiva marcou indelevelmente a memória daquelas famílias pioneiras. Essas centenas de milhares de famílias que constituíram “territórios de uso” (Seabra 2004, 163 — grifo da autora) nas diferentes zonas de São Paulo contam histórias muito semelhantes entre si sobre a lenta e morosa aquisição de suas moradias nas fronteiras urbanas em expansão (Giavarotti 2012; 2018). Seus relatos descrevem que tudo “era mato” quando adquiriram seus lotes a prestações; relatam o esforço envolvido na autoconstrução de suas casas; e, por fim, lembram as

lutas políticas comunitárias que levaram ao provisionamento de infraestrutura nos loteamentos recém-abertos nas periferias de São Paulo. Em outras palavras, essa geração de migrantes transformou progressivamente seus rendimentos — obtidos via assalariamento ou “viração” — em moradias autoconstruídas, consolidando-se como pequenos posseiros/proprietários urbanos.

A expansão da fronteira urbana

De modo a fazer jus a essas memórias colhidas em nossos trabalhos de campo no Jardim Ibirapuera e suas imediações (Giavarotti 2012), torna-se necessário, num primeiro momento, deslocar o foco de nossa análise crítica dos salários (direto e indireto) para a apreciação do cotidiano (Damiani 1999, 161) produzido pelo exercício da mobilidade do trabalho (Gaudemar 1977). Quando se observa os precedentes da autoconstrução desse ponto de vista, nota-se formas de uso do espaço responsáveis pela constituição de uma fronteira urbana em São Paulo; isto é, a transformação da terra rural em terra urbana (inclusive em termos legais, conforme Holston 2013, 202-203), materializada, por exemplo, na relação estabelecida entre o tamanho das novas propriedades (os lotes) e o uso ao qual se destinavam (o abrigo de uma unidade familiar, segundo Bonduki 2011, 82-89)³. A terra deixava, assim, de ter uso produtivo (agrícola), mesmo que residual, passando a destinar-se ao uso reprodutivo (familiar), constitutivo da formação de uma sociabilidade fundada em relações de assalariamento e trabalho abstrato (Scholz 1996).

Essa forma particular da territorialização do capital (Heidemann, Toledo e Boechat 2014) se manifestava por meio do encontro das personificações da terra e do trabalho, isto é, os proprietários fundiários (loteadores do Jardim Ibirapuera e outros loteamentos adjacentes) e os proprietários da mercadoria providos de seus salários (Giavarotti 2012). Esses últimos passam a servir à progressiva amortização da renda fundiária (Marx 1986, 126) cobrada pelos seus antigos proprietários e dos serviços legais implicados na relação mercantil ali estabelecida. Por sua vez, a adesão à compra de lotes nus empurrará

2 As reflexões que se seguem estão baseadas em nossas pesquisas (Giavarotti 2012; 2018), realizadas com famílias moradoras do loteamento periférico Jardim Ibirapuera, adjacente ao Jardim São Luiz, localizado na Zona Sul do município de São Paulo.

3 Parece sugestivo ler a importância que a “casa própria unifamiliar” adquiriu nos debates sobre moradia popular a partir de 1945 não apenas como ideologia, como sugere o autor, mas como disseminação da família nuclear patriarcal em sua relação com a generalização do assalariamento.

seus futuros posseiros/proprietários, de modo imperativo e impessoal (Postone 2014), a formas particulares de uso do tempo e do espaço, que envolverão transformar o primeiro em um valor de uso adequado ao quadro de vida urbano (Seabra 2004) — isto é, em residências.

Para Oliveira (2003), a transformação qualitativa do lote de terra em moradia, da qual a família (e por vezes vizinhos e/ou ajudantes contratados) costumava participar ativamente, foi fundamentalmente compreendida como processo de trabalho — sem mais. Vinculando-a à totalidade positiva do trabalho (Postone 2014, 61-104), o autor interpretou a autoconstrução como extensão da jornada de trabalho além-fábrica, ou seja, como um expediente de mais-valia absoluta (Marx 1985, 105-112), à luz do desenvolvimento desigual e combinado (Lowy 1998).

Já Éder Sader (1995 [1988]), interessado nas experiências cotidianas dos trabalhadores e “nos processos de atribuição de significados” (Sader 1995, 41), ressaltava os valores familiares que se consubstanciavam na autoconstrução da moradia, entendida como “projeto de vida” (Sader 1995, 100). Sader, por conseguinte, enfatizava os conteúdos familiares incontornáveis daquela experiência, portanto, “contraposta ao anonimato das relações de troca e da burocratização dominantes na vida urbana” (Sader 1995, 101).

De acordo com nossa tese (Giavarotti 2018) a oposição estabelecida entre essas interpretações residia na aparente falta de autonomização entre as categorias de terra e trabalho (Toledo 2008; Boechat 2013; Leite 2015; Kluck 2016), expressas naquela forma de uso do espaço e do tempo (Seabra 2004), o que produzia uma forma particular de organização familiar. Em outras palavras, o fato de que a autoconstrução pudesse ser entendida simultaneamente em registro familiar (concreto) e produtivo (mais-valor absoluto), num contexto de mobilidade do trabalho já consolidada em áreas mais urbanizadas de São Paulo⁴, indicava que as esferas produtiva e reprodutiva não apareciam autonomizadas entre si, levando Oliveira a pensar a autoconstrução como “sobrevivência de práticas de ‘economia natural’” (Oliveira 2003, 59) em contexto urbano⁵.

4 O loteamento do Jardim Ibirapuera foi aberto em 1964, quando a cidade de São Paulo já estava em franco processo de metropolização.

5 A distinção aqui feita entre esfera produtiva e esfera reprodutiva está baseada nas reflexões de Scholz (2009), em oposição ao feminismo advogado por Federici (2019). Esta reivindica a

Ora, é preciso notar que, do ponto de vista das relações de trabalho, a relação-capital (Marx, 1985) já se encontrava estabelecida, portanto, a mobilidade do trabalho já era um atributo adquirido pelos migrantes. Assim, as *personificações* (Marx 1986, 269-280) do capital, do trabalho e da terra já se encontravam autonomizadas — tinham já entre si a aparência de autonomia — em outras partes da metrópole, mediadas pela mercadoria e pelo trabalho abstrato (Postone 2014, 174-184). Na autoconstrução, pelo contrário, a *persona* do patriarca se confundia com aquela do patrão (responsável pelo gerenciamento da obra), bem como a *persona* do trabalhador se imiscuia àquela do “pequeno proprietário urbano” (Ferro 2006, 65). Igualmente, as práticas que se poderia qualificar como próprias da dissociação (Scholz 1996) também participavam da produção do espaço fundada em “supertrabalho” (Oliveira 2003, 59) — o que, todavia, não suplantava as relações assimétricas entre homens e mulheres e tampouco desincumbia estas últimas dos afazeres domésticos.

Aquela falta de aparência devia-se ao fato de que, como famílias trabalhadoras, a dedicação à autoconstrução se tornava incontornável para fazer com que aquela posse/propriedade fundiária adquirisse um valor de uso⁶ adequado às necessidades do quadro de vida urbano em formação. Ademais, a aquisição dos lotes de terra nas condições descritas conferia um uso determinado de seus salários ou rendimentos diversos aquinhoados no mercado, amarrado à compra dos materiais de construção, ao pagamento de ajudantes de pedreiro, à construção de poços, à amortização da renda da terra, etc⁷. As casas, modificando-se com o tempo, exigiam novos processos

inclusão do tempo despendido nas atividades domésticas sob a totalidade positiva do trabalho do marxismo tradicional, isto é, como tempo de trabalho não pago. De nossa perspectiva há uma diferença qualitativa fundamental entre o tempo abstrato da produção de mercadorias e o tempo da esfera dissociada, conformando uma “totalidade fragmentária” (Scholz 2009).

6 Caso fossem mais capitalizados, poderiam comprar lotes com a finalidade de retê-los para especulação. Mas de um modo geral as condições financeiras destas famílias as amarravam efetivamente às propriedades recém-adquiridas.

7 É preciso dizer que o conceito de autoconstrução utilizado pelos autores e autoras que consagraram este debate inclui tanto a construção realizada por meio de ajuda mútua de familiares e vizinhos, quanto a contratação pontual de pedreiros e ajudantes de pedreiro, o que demanda a suspensão de se pensá-la como “mutirão” *strictu sensu*.

construtivos, à medida dos rendimentos obtidos no mercado e conforme o nascimento dos filhos.

No entanto, essas transformações ocorriam numa *tendência crescente de acumulação de trabalho por parte das famílias*, que progressivamente suplantou aquela ausência de aparência mencionada. Este é um dado fundamental negligenciado por Oliveira, quando afirma que, “embora aparentemente esse bem [a casa] não seja desapropriado pelo setor privado da produção, [...] [tal bem, resultado da superexploração da força de trabalho] reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho” (Oliveira 2003, 59 — grifo nosso). Ao autor, era mais importante revelar a ardilosa e desigual distribuição de mais-valor entre capital e trabalho por meio da autoconstrução, do que reconhecer essa “aparente” não desapropriação como parte dos “projetos familiares” dos trabalhadores (Sader 1995, 99).

Essa situação particular acusava que o processo de industrialização de São Paulo, às custas da superexploração da força de trabalho — e apesar desta —, por um lado, proporcionou maiores taxas de mais-valor para os capitais industriais (Oliveira 2003, 59) mas, por outro, não deixou de compor um fundo de acumulação do trabalho, mesmo que na forma de posses e propriedades fundiárias e imobiliárias nos arredores de São Paulo, posteriormente consolidadas.

O que se deseja salientar aqui é a qualidade particular desta metropolização. Esta, de fato, não criou as condições para que a moradia da classe trabalhadora urbana resultasse do advento do mais-valor relativo como forma de exploração generalizada das relações de trabalho, mais adequada aos parâmetros modernos praticados nos países desenvolvidos. Em contrapartida, tal modernização fundada em mais-valor absoluto tampouco confirmou (ou o fez apenas de maneira oblíqua) a crise de subconsumo acusada pelos teóricos marxistas da dependência (Marini 2005) — apontando para uma síntese distinta⁸.

Assim, observa-se no tempo o seguinte processo. À acumulação do capital e sua dinâmica temporal (Postone 2014, 216-260) correspondeu o gradual acúmulo de salário em moradia autoconstruída. A finalização desta desencadeava um progressivo afrouxamento desse vínculo

necessário, possibilitando uma lenta “liberação” dos rendimentos (mesmo quando estes deixavam de ser salários e se tornavam aposentadorias). Esse acúmulo de “trabalho” reificado pelas famílias a longo prazo também significou a liberação dos filhos com relação a esse trabalho socialmente necessário (Marx 1985) e seus custos⁹. Por último, a formação de novos arranjos familiares pelos filhos e filhas, dependendo de suas oportunidades de inserção no mercado de trabalho, poderia leva-los à emancipação com relação a seus pais, liberando espaços na casa que antes se encontravam ocupados, permitindo novos usos. Embora não seja incomum que estes novos núcleos permaneçam na residência original, adensando sua ocupação.

A síntese apresentada em nossa tese (Giavarotti 2018) passava, portanto, por compreender a autoconstrução em termos de um processo não simultâneo¹⁰, que foi gradualmente consolidando o Jardim Ibirapuera e a periferia urbana de um modo geral como territórios de uso determinados por uma miríade de pequenos posseiros/proprietários urbanos — e criando as condições de existência para a proliferação do microempreendedorismo.

A reconfiguração da periferia autoconstruída

A lenta consolidação extensiva das posses/propriedades imobiliárias autoconstruídas pelas famílias pioneiras do Jardim Ibirapuera e imediações foi simultânea à chegada de novas gerações de trabalhadores ao mercado de trabalho. Considera-se aqui não apenas os descendentes das famílias pioneiras, mas igualmente os novos migrantes chegados a São Paulo a partir da década de noventa. Essa nova geração de trabalhadores, naturais de São Paulo ou migrantes, experimentou a crise do projeto nacional-desenvolvimentista (o fim-de-século) na forma do

8 Maricato identifica já em fins da década de 1970 que “as casas proletárias inacabadas, embriões de casas desejadas, frequentemente sem água corrente ou revestimento, contam, no seu congestionado e insalubre interior, com a geladeira, o televisor, o liquidificador, a vitrola [...]” (Maricato 1982, 77).

9 As ditas mercadorias supérfluas, como tênis, videogame e roupas de marca, começam a aparecer nesse contexto no seio das famílias (Giavarotti 2018, 33-45).

10 Diz-se aqui “não simultâneo” em oposição ao “desigual e combinado”. Essa distinção não é pequena, na medida em que sua compreensão nos primeiros termos incorpora de forma rigorosa a dinâmica temporal específica do capital e o processo de territorialização de suas categorias; enquanto a noção de desigual e combinado está mais ocupada em revelar os ardis da apropriação privada de trabalho alheio em relações de produção estanques, transformáveis apenas por meio da luta de classes, e não pelo desdobramento contraditório do capital.

desemprego estrutural, da entrada do Brasil na rota do tráfico internacional de entorpecentes (Feltran 2018) e da própria globalização, que marcou a década de noventa.

Relativamente às novas levas de migrantes, uma inserção piorada no mercado de trabalho em São Paulo ora os empurrou para um processo de favelização (por meio de ocupações organizadas ou não) em antigas áreas de uso público do loteamento; ora os obrigou a buscar loteamentos mais distantes, ampliando assim a expansão da fronteira urbana, dada a pressão sobre o uso do solo representada pelo ambiente autoconstruído já consolidado; ora os levou a demandar locações de imóveis no Jardim Ibirapuera e suas imediações, sustentando a formação de um mercado imobiliário popular, como discutiremos mais à frente.

Já da perspectiva dos descendentes, a conjunção entre os parques patrimônios de seus pais e o desemprego estrutural criou as condições de existência para a emergência de novos usos dos espaços. Se, num primeiro momento, essa liberação da moradia possibilitou o consumo de mercadorias supérfluas por parte dessa nova geração de trabalhadores naturais de São Paulo, num segundo momento — diante dos casamentos ou da saída da casa dos pais — comportou a possibilidade de adotar uma lógica empreendedora, transformando seus rendimentos em “pequenos investimentos”.

As modalidades de trabalho envolviam as mais diversas estratégias, a exemplo de filhos de moradores pioneiros que, em sociedade, abriram um bar na garagem da casa do pai e, posteriormente, um restaurante em imóvel alugado, tocados por eles próprios, além de funcionários do próprio bairro e das favelas do entorno (Giavarotti 2018, 19-23).

Observam-se também os microempreendimentos entabulados por irmãos e parentes da família estendida, que se valiam do trabalho gratuito das mulheres e dos filhos, fossem aqueles um bar, uma lojinha de doces ou uma fabriqueta de fraldas (Giavarotti 2012, 124-132).

Destaca-se ainda o filho de família pioneira que “empreendeu” um ponto de venda de drogas na década de noventa (Giavarotti 2018, 33-46); o serralheiro, que utilizava a garagem da casa alugada pela ex-mulher para soldar portões para uma clientela local, crescentemente assombrada por assaltos (Giavarotti 2018, 61-67); a senhora viúva que transformou partes de sua moradia autoconstruída em creche e cortiço pagos (Giavarotti 2018, 11-15). E, por fim, a atuação de mulheres que prestavam serviços como faxineiras e/ou empregadas domésticas em casas de senhores e

senhoras aposentadas, moradoras do Jardim Ibirapuera e imediações (Giavarotti 2018, 67-74).

Essa miríade de modalidades particulares da mobilidade do trabalho — sociologicamente identificáveis como típicas da chamada “acumulação flexível” (Harvey 1992), ou do chamado trabalho sem forma (Oliveira 2003; Telles 2006) —, ao longo do século XXI, foi responsável por um crescente esboroamento da estrita separação entre produção e reprodução (Telles e Hirata 2011; Rizek 2012) característica da sociedade produtora de mercadorias.

O desemprego estrutural desencadeado pela crise da modernização retardatária nacional, como o próprio conceito sugere, não foi conjuntural. Isto é, não deve ser compreendido estritamente como um problema derivado de uma certa política econômica, pois deitava suas raízes num processo objetivo: o desenvolvimento tecnológico e a decorrente expulsão do trabalho vivo dos processos de produção à escala mundial.

De um ponto de vista categorial, essa “desproletarização’ da produção” (Kurz 2004) aponta não apenas para a formação do desemprego estrutural como forma aparente da superfluidade do trabalho (Scholz 2019 [2016]), mas para a própria crise do valor como forma de mediação social e fundamento da acumulação do capital (Marx 2011, 578-596), apesar de seu caráter não empiricamente observável (Postone 2014, 329-355). Uma das formas de manifestação dessa importante ruptura, articulada ao desemprego estrutural, diz respeito a uma realocação intersetorial das forças de trabalho para o setor de serviços, no qual os microempreendedores se situam (Dedecca 2004).

Sociologicamente, essa desproletarização da produção se manifestou como uma crescente heterogeneização da mobilidade do trabalho experimentada por moradores das periferias (Giavarotti 2018). Mais importante, entretanto, é que essa transformação promoveu um deslocamento nos termos da circulação do capital, tornando gradativamente improdutivos os trabalhos produtivos (produtores de mais-valor).

De acordo com a teoria da circulação de Kurz (2019 [1995]), a produtividade do trabalho se “define” pela sua característica de compor os custos de reprodução de um trabalhador empregado pelos setores produtores de mais-valor; isto é, aqueles “cujo consumo não se esgota em si, mas retorna sob a forma de energia produtiva de capital, num novo ciclo de produção de mais-valia” (Kurz 2019, 65 — grifo do autor). Nesse sentido, a desproletarização da produção significa que apenas uma parcela dos serviços oferecidos pelo setor terciário — nos quais se incluem

os microempreendimentos estabelecidos nas periferias — vem atendendo a trabalhadores engajados nos setores produtores de mais-valor. Inversamente, esse problema também se manifesta no envelhecimento da população brasileira — inclusive da residente nas periferias —, já que o consumo de mercadorias garantido por meio das aposentadorias tampouco é “recuperado na reprodução ampliada” (Kurz 2019, 65) do capital, minando estruturalmente a produtividade dos setores produtores de mais-valor. Essa questão pode ainda ser analisada sob outra perspectiva.

Centralização do capital sem concentração de trabalhadores sob seu comando

Talvez se pudesse afirmar que a heterogeneização da mobilidade do trabalho acima mencionada não guarde nenhuma novidade empírica, sobretudo se se tem em conta as características particulares da modernização nacional. De acordo com Oliveira, o terciário na economia brasileira, entre os anos de 1939 e 1969, caracterizou-se por ser o setor que mais absorveu força de trabalho, enquanto a expansão do setor secundário reproduzia nas cidades um crescimento horizontal e extensivo, com baixíssimos coeficientes de capitalização e revivescência de formas de produção artesanais (Oliveira 2003, 55). O caráter tardio da industrialização brasileira (Oliveira 2003, 66-67) teria exigido uma divisão social do trabalho tanto mais diferenciada quanto maior fosse a contemporaneidade das indústrias (Oliveira 2003, 67).

Diante da exigência fetichista da segunda e da exiguidade dos fundos disponíveis para acumulação, que deveriam ser rateados entre a indústria de transformação e os serviços, as indústrias absorveram a maior parte desses fundos, enquanto os serviços cresceram horizontalmente, sem quase nenhuma capitalização (Oliveira 2003, 68). Concorria para essa relação entre os setores o fato de que as próprias instituições políticas não priorizavam o financiamento público das atividades do setor terciário, sustentando uma política baseada no reconhecimento de que a oferta abundante de mão de obra constituía não somente garantia, mas também motivação (Oliveira 2003, 68 — grifo do autor). Tal política, além das questões estruturais relativas à expansão do sistema capitalista no Brasil, teria barrado um processo de concentração e centralização (Marx 1985, 187-211) que viesse a reestruturar as relações de produção nesse setor, em direção ao assalariamento. Isto é, os imperativos da modernização pela substituição de importações teriam debilitado o setor

terciário, promovendo a expansão de serviços horizontais com baixíssimos níveis de capitalização.

Ainda corroboraria para esse processo a estratégia dos grandes capitais de “terceirizar” os custos exigidos pela logística e distribuição de suas mercadorias, apoiando-se na ampla oferta de força de trabalho disponível no mercado. Apesar das aparências, essa força de trabalho estaria “vendendo sua força às unidades principais do sistema, mediadas por uma falsa propriedade” (Oliveira 2003, 68). Tais foram os determinantes de uma urbanização polvilhada por pequenos comércios, os quais sustentariam, de modo funcional, a impossibilidade histórica de concentração no setor terciário.

Contudo, um aspecto central da análise de Oliveira começou a mudar radicalmente a partir da década do setenta, quando a criação de supermercados em São Paulo levou a uma importante redução das quitandas em toda a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) (Pintaudi 1999, 151). A isso se somou a expansão dos shopping centers e hipermercados na RMSP a partir da década do oitenta.

Considerando os tipos de microempreendimentos observados em nossos trabalhos de campo — majoritariamente conduzidos por moradores (pioneiros, descendentes naturais de São Paulo e/ou migrantes mais recentes) —, é imprescindível reconhecer que, em sua maioria, os serviços e mercadorias ofertados vinham sendo igualmente disponibilizados por capitais com elevado grau de concentração. Basta pensar nas redes de supermercados, hipermercados e atacadões, de *fast food*, nos shoppings, nas lojas de materiais de construção, centros automotivos, lojas de departamento e afins. Esses grandes capitais tornaram-se presença incontornável na paisagem periférica de São Paulo e nas práticas de consumo de seus moradores (Sciré 2009), sobretudo com o acesso a automóveis.

Contudo, esse processo de concentração nos setores de logística e distribuição não parece ter sido acompanhado por um processo correlato de centralização, tal como descrito na “lei geral da acumulação capitalista” (Marx 1985, 187-248). Isso não significa, por outro lado, que a concentração visível desses capitais — na forma de mercadorias, meios de produção e trabalhadores sob seu comando — não decorra de algum nível de centralização, como reconhece Pintaudi (1999). Aproveitando-se das vantagens da economia de escala, tais capitais oferecem os mesmos serviços e mercadorias disponibilizados por empreendimentos de baixíssima capitalização presentes nas periferias, praticando — aparentemente — preços

mais baixos que estes últimos, conforme depoimentos colhidos em campo (Giavarotti 2018, 65-66).

Seguindo essa lógica, não seria descabido supor que essas redes de supermercados, lojas de departamento e estabelecimentos de materiais de construção já tivessem levado à falência diversos microempreendimentos, como Pintaudi (1999) já havia observado desde a década do setenta. Isso se daria por meio de sua expropriação (dada a “disputa” pelo poder de compra dos consumidores), aquisição (inclusive aproveitando vantagens locacionais) ou transformação de seus proprietários em trabalhadores assalariados sob seu comando, es decir, proletarianização. Curiosamente, isso não ocorreu. E, mesmo diante das vantagens relativas de cada modelo ao consumidor final — como a proximidade dos pequenos negócios em relação às grandes redes —, estas não parecem capazes de neutralizar a concorrência estrutural imposta pelos microempreendimentos às grandes corporações, à revelia da intenção de seus “microempreendedores”.

Essa situação particular — o surgimento de uma miríade de microempreendimentos orbitando a reprodução ampliada de grandes capitais que oferecem serviços semelhantes (ou os mesmos), sendo possível inclusive a revenda das mercadorias destes últimos por parte dos primeiros — indica que os processos de concentração e centralização de capitais já não se traduzem necessariamente no aumento da massa de proletários sob seu comando direto. Nesse sentido, a expansão dos microempreendimentos não pode mais ser interpretada como funcional à divisão social do trabalho baseada na escassez de fundo de acumulação no setor de serviços. Ao contrário, o problema reside precisamente na sobreacumulação de capital provocada pelo desenvolvimento das forças produtivas, que expulsa o trabalho vivo dos processos produtivos e leva à ficcionalização do capital (Pitta 2020), presente em todos os setores da economia.

A bolha imobiliária e o empreendedorismo popular

Dino, um de nossos interlocutores, filho de uma família pioneira do Jardim Leni (loteamento adjacente ao Jd. Ibirapuera), comentou conosco, em 2016, que um de seus vizinhos lhe fez uma oferta de R\$ 100.000,00 (USD 25.609) por sua garagem, tendo em vista abrir um bar. Dino demonstrou desinteresse na venda, por necessitar de uma garagem para guardar seu carro; além disso, comentou que, embora desejasse sair do bairro, não tinha

ingerência sobre o imóvel em que morava, que estava em nome de sua mãe (Giavarotti 2018, 33-45).

Max, filho de outra família pioneira, também morador do Jd. Leni, antes de abrir um restaurante em sociedade com seu irmão, era dono de um bar montado na garagem de seu pai (Giavarotti 2018, 19-23). Com a anuência deste, Max e seu irmão puderam contar com algum capital inicial na forma do imóvel autoconstruído. Em outras palavras, os custos com a renda da terra e uma parte do capital fixo já se encontravam quitados, sustentando não apenas parte de sua reprodução individual (pois continuava a viver em outro cômodo do mesmo imóvel), como também o seu microempreendimento.

Ainda em 2016, outro de nossos interlocutores, sócio de um negócio social localizado na rua central do Jd. Ibirapuera e voltado a pequenas reformas de moradias dos loteamentos e favelas do entorno, dizia em tom entusiasmado que “a periferia é uma máquina de fazer dinheiro [...] circula muito dinheiro aqui dentro” (Giavarotti 2018, 92).

Em conversa com o filho da segunda geração de famílias pioneiras do Jardim São Luiz, ouvimos que um lote de 125 m², provido de uma casa autoconstruída, mas que necessitava de uma boa reforma para que se tornasse habitável, havia alcançado o preço de R\$ 370.000,00 (USD 94.755). Nessa mesma entrevista, ele também nos contou sobre a resolução de um conflito mediado pelo PCC (Feltran 2018, 209-236), cujo desfecho foi a expulsão de um morador da favela, cuja casa havia sido palco do litígio, seguida da tomada do imóvel pela organização e sua imediata revenda pelo preço de R\$ 30.000,00 (USD 7.680).

No ano de 2014, documentamos (Giavarotti 2018) a formação de uma ocupação chamada Ayrton Senna, em um terreno público destinado à construção de um conjunto habitacional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), com o objetivo de reivindicar a edificação das moradias. Nas entrevistas realizadas com parte dos ocupantes, mencionava-se invariavelmente o aumento do preço dos aluguéis na região como uma das razões para a adesão à ocupação, que acabou sendo alvo de um despejo violento (Giavarotti 2018, 153).

Pouco tempo depois, em outro trabalho de campo, foi possível testemunhar a demolição de moradias autoconstruídas para dar lugar à construção de prédios de três ou mais andares, com apartamentos destinados à locação (Giavarotti 2018, 149).

Como se pode ver, cada um desses casos encontrados em nossos trabalhos de campo revela a centralidade que a terra e suas rendas, reais ou potenciais, passaram a adquirir no cotidiano daquela periferia e de seus moradores.

Essa centralidade, entretanto, não se realiza de forma homogênea e uniforme, já que o próprio processo de formação dessas periferias e de suas moradias autoconstruídas ocorreu conforme os interesses particulares dos antigos proprietários de terra, dos loteadores e, em última instância, das próprias famílias trabalhadoras que ali se assentaram e arquitetaram suas estratégias de reprodução.

Em outras palavras, a morfologia destas periferias denota o acúmulo de diferentes temporalidades em seu processo de formação e reprodução, o que resulta em uma estratificação socioeconômica e espacial considerável (Giavarotti 2023), fundamental para a compreensão da realidade urbana periférica contemporânea.

Uma vez considerado que a proliferação dos microempreendimentos nas periferias não prescinde do ambiente autoconstruído, mas, ao contrário, se vale dele para sua reprodução com diferenças internas à própria periferia, — o que torna certos imóveis, devido à sua localização, mais propícios à abertura de microempreendimentos, enquanto outros demonstram menor potencial comercial —, torna-se necessária uma última ponderação que permita discutir o caráter improdutivo dessa modalidade de trabalho, cuja expansão nos últimos vinte anos foi notável.

À escala local, um primeiro aspecto para lidar com essa inédita precificação imobiliária remonta às movimentações políticas vicinais do Jardim Ibirapuera, organizadas por meio da Associação dos Amigos de Bairro (Giavarotti 2012, 86-94). Essas lutas foram responsáveis por pressionar o Estado a cumprir seu papel como provedor de uma infraestrutura mínima necessária à reprodução das famílias pioneiras: pavimentação, energia elétrica, saneamento básico e transporte.

A produção do espaço reivindicada pelos moradores organizados, conforme Damiani (1999), não apenas encerrou a fronteira urbana, como também foi responsável por um importante reposicionamento relativo do Jardim Ibirapuera na metrópole paulistana, assim como das moradias de seus habitantes. Diante dessa transformação, os preços anteriormente praticados para as propriedades fundiárias e imobiliárias sofreram alterações significativas.

O segundo aspecto diz respeito ao aumento dos rendimentos do trabalho¹¹ e do salário indireto promovido durante os quatorze anos de governo do PT em nível

federal. Se o aquecimento do mercado interno foi essencialmente estimulado pelo capital fictício, mediado pelas instituições financeiras (Sciré 2009; Montenegro 2017), nossos trabalhos de campo indicam uma absorção dessa afluência monetária na forma de salários, aposentadorias, transferências diretas de renda, seguro-desemprego e mesmo auxílio-aluguel (Guerreiro 2020a), por parte desse mercado imobiliário popular em expansão, dada a impossibilidade estrutural dessas posses/propriedades circularem pelo mercado formal e serem financeirizadas¹².

Ou seja, tais rendimentos concorreram para a formação e a reprodução dos microempreendimentos, que responderam, em parte, ao persistente desemprego estrutural que se arrasta desde 1980; mas, sobretudo, à alta rotatividade que marcou o mercado de trabalho durante aquele período (Paz 2017), apesar das altas taxas de formalização dos contratos de trabalho (Anderson 2011).

No entanto, nem o reposicionamento relativo do Jardim Ibirapuera em São Paulo, nem o afluxo monetário proporcionado pela ampliação dos rendimentos de sua população moradora justificam os aumentos exorbitantes apresentados. Deve-se mencionar aqui a abertura de capital das incorporadoras brasileiras entre 2006 e 2007 e o lançamento em 2009 do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), como medida de caráter anticíclico em resposta à crise mundial de 2008 (Martins 2016).

A oferta de ações na bolsa de valores decorrente da abertura de capital das incorporadoras levou à captação de R\$23 bilhões em capital fictício (USD 7.057.163.020,47) destinados à compra de terrenos e ao lançamento de imóveis (Martins 2016, 25), os quais, segundo este autor, funcionavam como lastro daquele montante.

A oferta de capital fictício destinado aos bancos de terrenos e, posteriormente, ao próprio PMCMV, impulsionou uma inflação nos preços dos imóveis em São Paulo¹³, que

11 “Em 2005, um aumento em termos reais equivalente ao dobro do ano anterior foi declarado. No ano eleitoral de 2006, o aumento foi ainda maior. Em 2010, o aumento acumulado em cinco anos havia sido de 50 %” (Anderson 2011, 29).

12 A superação dessa condição e a possível “financeirização” do mercado imobiliário periférico via regularização fundiária parecia estar na mira do Programa Casa Verde e Amarela (Guerreiro 2020b) lançado em 2020. De acordo com o argumento apresentado aqui, esse programa é o corolário de um processo de autonomização que remonta ao processo de autoconstrução, como já discutido no primeiro item.

13 Segundo Martins, “sendo agosto de 2010 a data referência, ou seja, possuindo um preço equivalente ao índice 100, a sequência dos preços dos imóveis desde a abertura do capital nas incorporadoras em 2005 até o ano de 2014, revela a espatosa alta dos preços dos imóveis: em 2005, o preço estava

também se fez sentir no mercado imobiliário informal e, sobretudo, na reprodução das famílias moradoras da periferia, como atestado por nossos trabalhos de campo.

Resta, por fim, identificar os nexos que essas transformações quantitativas e qualitativas ocorridas no mercado imobiliário e fundiário periférico, decorrentes do “distributivismo de crise” (Pitta 2020) promovido durante a gestão do PT no governo federal, estabeleceram com a formação e reprodução dos microempreendimentos presentes nas periferias urbanas.

Embora tenha sido afirmado acima que o caráter informal/ilegal/ilícito das posses e propriedades imobiliárias/fundiárias periféricas representava um obstáculo à sua “financeirização”, isso não se verificou em relação aos investimentos destinados à adequação das moradias autoconstruídas para fins empreendedores. Esse fator tampouco impediu a revenda de mercadorias pelos microempreendimentos.

O que interessa destacar aqui é que a monetarização das periferias promovida pelo distributivismo de crise indica que as novas formas de uso do espaço fizeram com que o capital — especificamente o capital fictício — percorresse itinerários até então inéditos, envolvendo a transformação de uma parcela das famílias moradoras (sobretudo as pioneiras) em microrrentistas.

Diante da possibilidade de que o ambiente autoconstruído fosse alçado à condição de fonte de renda (ou complemento dela), uma certa racionalidade empresarial passou a se capilarizar progressivamente nas práticas socioespaciais.

Vantagens locais (Singer 1982, 25), por exemplo, começam a ganhar importância em dois sentidos distintos: primeiro, pela lógica dos pontos comerciais que tende a promover reconfigurações e disputas nos usos do espaço autoconstruído (Giavarotti 2018, 143-155); segundo, por remontarem ao problema apresentado no quinto item deste artigo.

Se é verdade que, no atual estágio de produtividade do trabalho, a centralização no setor terciário não promoveu a concentração de trabalhadores sob seu comando, parece fundamental incluir nesta equação o

papel da heterogeneidade legal dessas posses/propriedades nesse processo.

Do ponto de vista da mobilidade do trabalho, a impossibilidade da “mobilização do imobiliário” à escala nacional e/ou mundial parece ser o que sustenta a adesão ao microempreendedorismo como modalidade de trabalho. Portanto, num contexto de alta rotatividade, ele se apresenta às novas gerações de trabalhadores como uma estratégia oposta à heteronomia do assalariamento (Giavarotti 2012).

Esta situação repercute sobre o mercado imobiliário e fundiário, uma vez que a impossibilidade da “mobilização do imobiliário” também atua como um óbice — precário e instável — à concentração e centralização. Estas só podem ocorrer na forma de expulsão, como apontando por Sassen (2016), por meio das mais diversas operações urbanas; e, doravante, essas operações, não apenas expropriam as condições de moradia, mas também de trabalho.

Considerar essas intersecções entre as condições de exercício da mobilidade do trabalho e o mercado fundiário/imobiliário informal nos parece fundamental para enfrentarmos analítica e criticamente o avanço do microempreendedorismo entre as classes populares, assim como para situarmos o lugar ocupado por essa modalidade de trabalho na reprodução global do capital e nas práticas socioespaciais das periferias urbanas.

Conclusão

Demonstrou-se que a reconfiguração da relação entre produção e reprodução, manifestada pela expansão e reprodução crítica do microempreendedorismo nas periferias, deve ser lida a contrapelo de sua aparência — isto é, como se fossem trabalhos produtores de mais-valor.

Para sustentar essa hipótese, apresentaram-se as múltiplas determinações que concorreram para a emergência e a reprodução crítica dessa modalidade de trabalho. Foram apresentadas as reconfigurações sócioespaciais promovidas por seu aparecimento, articulando as escalas local, nacional e mundial.

Dentre tais determinações, foram elencadas e discutidas a forma particular da metropolização de São Paulo, responsável pela formação de periferias repletas de centenas de milhares de posses/propriedades imobiliárias. Essa consideração permitiu vislumbrar e discutir, em seguida, a forma espacial empírica adquirida pelo desemprego estrutural desencadeado pela crise da modernização retardatária nacional, segunda determinação fundamental da hipótese apresentada.

ainda bastante abaixo daquele identificado aqui como referência, expondo um índice de 49,70; em 2006, vai para 51,99; em 2007, 60,57; em 2008 esse índice salta para 72,02 e daí em diante esses saltos são exponenciais; em 2009, 87,55; em 2010, 108,56; em 2011, 137,83; em 2012, 159,58; em 2013, 181,78; em 2014, 195,11” (Martins 2016, 29).

Na sequência, foi apresentada uma leitura crítica da tese da descapitalização do setor terciário como determinante da emergência do microempreendedorismo, diante da qual defendeu-se a hipótese de que sua expansão ocorreu simultaneamente à concentração e centralização dos capitais neste setor.

Por fim, discutiram-se os efeitos espaciais do distributivismo de crise promovido pela gestão do PT na esfera federal, o qual não apenas fomentou uma refuncionalização do ambiente autoconstruído por meio do avanço do microempreendedorismo, como também provocou transformações quantitativas e qualitativas no mercado fundiário e imobiliário periférico.

Essas transformações estimularam a prática do microrrentismo entre as classes populares, apontando para a necessidade de se refletir sobre a implicação dessa determinação na formação e reprodução crítica do microempreendedorismo.

A apresentação dessas múltiplas determinações ao longo do texto permitiu descortinar um cotidiano crescentemente inundado por capital fictício, o qual deu origem a formas de uso do espaço e do tempo determinadas por uma racionalidade empresarial — merecedora de ser tomada como a empiricização de formas de “humilhação secundária” (Heidemann 2004).

Nesse sentido, a expansão das atividades laborais nas periferias deve ser compreendida como manifestações empíricas decorrentes da crise do trabalho (Kurz 1993). Isto é, como o resultado da cruenta concorrência determinada pela superfluidez laboral, a qual vem exigindo uma racionalidade empresarial (Dardot e Laval 2016) que se capilariza no cotidiano como forma particular da mobilidade do trabalho (Gaudemar 1977), tornando ubíqua a lógica do *homo economicus* em sua versão neoliberal (Foucault 2021, 286-287).

E, embora a “colonização” dessas práticas socioespaciais nas imediações do Jardim Ibirapuera tenha sido, desde 2009, impulsionada pela oferta de crédito desburocratizado — produzindo uma pervasividade das “finanças” em um estrato populacional historicamente alijado delas (Ribeiro 2014) —, diante do que foi apresentado, seria anacrônico tomá-las como a territorialização de novos e ardilosos mecanismos de extração de trabalho excedente (mais-valor), agora sob a forma financeira.

Essa forma, ao se expandir, apenas aparenta apropriar-se de tempo de trabalho excedente. Aparenta, pois o distributivismo de crise da economia brasileira pós- virada de século apenas restaurou o tempo de trabalho supérfluo (Postone 2014), corporificado nessa miríade de

microempreendedores rentistas dispensados pelo capital, como tempo de trabalho necessário à acumulação — já tornada fictícia.

Referências

- Anderson, Perry. 2011. “O Brasil de Lula”. *Revista Novos Estudos* (91): 23-52. <https://doi.org/10.1590/So101-33002011000300002>
- Boechat, Cássio de Arruda. 2013. “O colono que virou suco: terra, trabalho, Estado e capital na modernização da citricultura paulista”. Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.2014.tde-23102014-180906>
- Bonduki, Nabil. 2011. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Editora Estação Liberdade.
- Damiani, Amélia Luisa. 1999. “O lugar e a produção do cotidiano”. Em *Novos Caminhos da Geografia*, editado por Ana Fani A. Carlos, 161-172. São Paulo: Editora Contexto.
- Dardot, Pierre e Christian Laval. 2016. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Dedecca, Cláudio Salvadori. 2004. “O trabalho na metrópole”. Em *História Econômica da cidade de São Paulo*, editado por Tamás Szmrecsányi, 238-262. São Paulo: Editora Globo.
- Federici, Silvia. 2019. *O ponto zero da revolução*. São Paulo: Editora Elefante.
- Feltran, Gabriel de Santis. 2018. *Irmãos, uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Ferro, Sérgio. [1969]2006. “A produção da casa no Brasil”. Em *Sérgio Ferro: arquitetura e trabalho livre*, editado por Pedro F. Arantes, 61-101. São Paulo: Cosac Naify.
- Foucault, Michel. 2021. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Edições 70.
- Gaudemar, Jean-Paul de. 1977. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa.
- Giavarotti, Daniel M. 2012. “O Jardim Ibirapuera, da imposição à crise do trabalho”. Dissertação de mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Giavarotti, Daniel Manzione. 2018. “Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo”. Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Giavarotti, Daniel Manzione. 2023. “Os territórios periféricos da metrópole de São Paulo: do “desenvolvimento desigual e combinado” à “desconstrução realmente existente””. *Revista Cidades* 15 (24): 88-111. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2023v15n24.12937>

- Guerreiro, Isadora de Andrade. 2020a. "O aluguel como gestão da insegurança habitacional: possibilidades de securitização do direito à moradia". *Cadernos da Metrópole* 22 (49): 729-756. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4904>
- Guerreiro, Isadora de Andrade. 2020b. "Casa Verde e Amarela, securitização e saídas da crise: no milagre da multiplicação, o direito ao endividamento". Consultado em 21 de outubro de 2020. <https://passapalavra.info/2020/08/134088/>
- Harvey, David. 1992. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Heidemann, Dieter. 2004. "Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação". Em *Migrações: discriminações e alternativas*, editado por Serviço Pastoral do Migrante, 24-38. São Paulo: Paulinas/SPM.
- Heidemann, Dieter, Carlos de Almeida Toledo e Cássio Arruda Boechat. 2014. "O trabalho no Brasil: traçado interpretativo de sua história de formação e de sua crítica". *Estudos Avançados* 28 (81): 229-251. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200005>
- Holston, James. 2013. *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kluck, Erick Jones Gabriel. 2016. "Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico". Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Kowarick, Lúcio. 1993. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra.
- Kurz, Robert. 1993 *O colapso da modernização: do socialismo de caserna à crise do sistema mundial*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Kurz, Robert. 2004. "O declínio da classe média". *Folha de São Paulo*, tradução de Luís Repa, 19 de setembro, 2004. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1909200408.htm>
- Kurz, Robert. 2019. "A ascensão do dinheiro aos céus: os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de cassino e a crise financeira global". *Revista Geografares* (28): 55-115.
- Leite, Ana Carolina Gonçalves. 2015. "O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista". Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Lowy, Michel. 1998. "A teoria do desenvolvimento desigual e combinado". *Revista Outubro* (1) 73-80.
- Manso, Bruno Paes. 2023. *A fé e o fuzil: crime e religião no Brasil do século XXI*. São Paulo: Editora Todavia.
- Maricato, Ermínia. 1982. "Autoconstrução, a arquitetura possível". Em *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*, editado por Ermínia Maricato, 71-93. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Marini, Ruy Mauro. 2005. "A dialética da dependência". Em *Ruy Mauro Marini, vida e obra*, editado por Roberta Traspadini e João Pedro Stedile, 131-172. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- Martins, Bruno Xavier. 2016. "O Programa Minha Casa Minha Vida: a mercadoria habitação a serviço da reprodução do capital em contexto de crise". Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Marx, Karl. 1985. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro I. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, Karl. 1986. *O Capital: crítica da Economia Política*. Livro III. São Paulo: Abril Cultural.
- Marx, Karl. 2011. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo editorial.
- Montenegro, Marina Regitz. 2017. "Da financeirização do lugar: dos nexos hegemônicos às contra-racionalidades do cotidiano". *Revista GEOgraphia* 19 (40): 92-106. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13802>
- Neri, Marcelo. 2008. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS.
- Oliveira, Francisco de. 1982. "Prefácio". Em *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*, editado por Ermínia Maricato, 13-19. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Oliveira, Francisco de. 2003. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Paz, Fernanda Alves Ribeiro. 2017. "Mercado de trabalho e condições de trabalho no Brasil nos governos Lula e Dilma: entre ampliação e flexibilização". Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Pintaui, Silvana Maria. 1999. "A cidade e as formas do comércio". Em *Novos Caminhos da Geografia*, editado por Ana Fani A. Carlos, 143-160. São Paulo: Editora Contexto.
- Pitta, Fábio. 2020. "O crescimento e a crise da economia brasileira no século XXI como crise da sociedade do trabalho – bolha das commodities, capital fictício e crítica do valor-dissociação". *Revista Sinal de Menos* 1 (14): 38-147.
- Postone, Moishe. 2014. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Ribeiro, Ana Sylvia Maris. 2014. "'Vai Crédito hoje?': do 'curto-circuito' ao blackout da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo". Dissertação de Mestrado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Rizek, Cibele. 2012. "Trabalho, moradia e cidade, zonas de indiferenciação?". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 27 (78): 41-49. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000100003>

- Sader, Eder. 1995. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- Sassen, Saskia. 2016. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Scholz, Roswitha. 1996. "O valor é o homem – teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". *Novos Estudos Cebrap*, no. 45, 15-36.
- Scholz, Roswitha. 2009. "Forma social e totalidade concreta – na urgência de um realismo dialético hoje". Consulta em 10 de maio de 2022. http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz8.htm
- Scholz, Roswitha. 2019. "Cristovão Colombo Forever? – para a crítica das atuais teorias da colonização no contexto do 'colapso da modernização'". *Revista Geografares*, no. 28, 116-169. <https://doi.org/10.7147/GEO28.24390>
- Schwarz, Roberto. 1999. "Fim de século". *Sequências Brasileiras*, 155-162. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sciré, Cláudia. 2009. "Uma etnografia multissituada das práticas populares de consumo". *Plural*, 16 (1): 93-109. <http://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2009.75210>
- Seabra, Odette Carvalho de Lima. 2004. "Territórios do uso: cotidiano e modo de vida". *Revista Cidades* 1 (2): 181-206. <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2004v1n2.12539>
- Singer, Paul. 1982. "O uso do solo urbano na economia capitalista". Em *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*, editado por Ermínia Maricato, 21-36. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Spyer, Juliano. 2021. *Povo de Deus: quem são os evangélicos e por que eles importam*. São Paulo: Editora Geração.
- Telles, Vera da Silva. 2006. "Mutações do trabalho e experiência urbana". *Tempo Social* 18 (1): 173-195. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000100010>
- Telles, Vera da Silva e Hirata, Daniel. 2011. "Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito". Em *São Paulo, novos percursos: Sociedade, cultura e política*, editado por Lucio Kowarick e Eduardo Marques. 375-393. São Paulo: Editora 34 e Centro de Estudos da Metrópole.
- Toledo, Carlos de Almeida. 2008. "A região das Lavras Baianas". Tese de Doutorado em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Daniel Manzione Giavarotti

Doutor e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade São Paulo (USP), com estágio de pesquisa no Departamento de História da Universidade de Chicago, com pós-doutorado pelo Departamento de Filosofia – USP. Dedicar-se ao estudo das transformações históricas na forma de incorporação das populações periféricas de São Paulo ao circuito global de reprodução do capital, a partir da territorialização deste último, do exercício da mobilidade do trabalho e das reconfigurações familiares daí decorrentes.